
A Poverty of Rights

John D. French*

FISCHER, Brodwyn. *A Poverty of Rights: Citizenship and Inequality in Twentieth Century Rio de Janeiro*. Palo Alto: Stanford University Press, 2008. 464 p.¹

Palavras-chave: Pobres urbanos; Rio de Janeiro; Estado de Direito.

Keywords: Urban poor; Rio de Janeiro; Rule of Law.

Brodwyn Fischer escreveu uma história bem fundamentada e inovadora do “relacionamento histórico paradoxal entre os pobres urbanos do Rio de Janeiro e o Estado de Direito”, com foco no “grau no qual a esperança coexistia com o cinismo e como o uso de leis e direitos expandia paralelamente a informalidade” (p. 305). A monografia é finamente detalhada e cuidadosamente construída e faz avançar o nosso entendimento de aspectos-chaves das políticas, direito e vida urbana e ainda esclarece os discursos e práticas “deste grupo social heterogêneo e, para nossa frustração, vago” conhecido como “os pobres urbanos, os setores informais, ou o ‘povão’ (pp. 2-3).²

Durante os quarenta anos perpassados por este estudo, a cidade de Rio de Janeiro cresceu de 1,15 milhões em 1920 para 3,3 milhões em 1960, quando perdeu sua posição de capital da nação com a criação de Brasília. Porém, em muitos aspectos, nunca perdeu seu poder de atração, e desde o século XVIII, a história da cidade tem recebido tratamento historiográfico extensivo e detalhado. Devido à profundidade e sofisticação da literatura histórica e científica, seria razoável julgar um livro um sucesso se adicionasse um grão de areia, ou um punhado de areia, à praia do nosso entendimento comum. Mas o impacto cumulativo dessa ambiciosa monografia é para criar entendimentos completamente novos do mundo material, legal, discursivo e político dos subalternos urbanos, especialmente os pobres não-documentados.

O livro está organizado em quatro partes “relativamente autônomas” que exploram as “interações entre os pobres urbanos e um campo particular do Direito brasileiro durante meados do século XX”: direito urbanístico (I), direito social e trabalhista (II), justiça criminal (III) e as lutas pela terra associadas a direitos de posse e propriedade (IV) (pp. 8-9). As duas sessões mais fortes desse excelente livro – Partes II e IV – são verdadeiramente excepcionais nos seus resultados, e a análise das lutas pela terra nas favelas do Rio de 1920 a 1960 revela

* Duke University.

¹ Tradução: Robert Sean Purdy.

² Sobre essa lacuna fundamental, ver John D. French, ‘The laboring and middle-class peoples of Latin America and the Caribbean’ in Jan Lucassen (ed.), *Global Labour History: A State of the Art* (Bern, 2006), pp. 325–6.

uma história capaz de surpreender até pessoas que têm escrito balanços gerais sobre favelas a partir dos anos 1930.

O capítulo 3 sobre Vargas e os pobres oferece uma análise sensata e sofisticada das táticas discursivas dos pobres e seus aliados enquanto eles interagem com os novos aspectos ideológicos e com a propaganda do governo reformista de Vargas após 1930. Ao passo que mostra o nascimento de um novo discurso acerca dos direitos, a autora não absolutiza as reivindicações e tampouco nega suas relações com formulações discursivas herdadas da escravidão e da cultura política autoritária. Esboçando as narrativas claramente padronizadas que foram encontradas entre vários tipos de reclamações populares, ela não as aceita sem questionamentos nem as rejeita inteiramente enquanto mostra as complexidades introduzidas por intermediários, dissimulação ou truques táticos. Como mostra em uma sagaz observação, “As mudanças políticas proclamadas em 1930 foram complexas e contraditórias, ao mesmo tempo, aumentaram a importância das classes populares e restringiram a sua autonomia, derrubaram velhas redes políticas e incorporaram o seu arcabouço político” (p. 57).

O livro está construído sobre essa fundação nos capítulos seguintes, detalhando eventos depois de 1945 nos quais o conceito de direito torna-se mais proeminente, enquanto capítulo 4 estabelece de maneira convincente o amplo impacto das novas configurações do poder (um sub-produto de modernização legal) e como elas reconstituíram velhas formas de hierarquia dentro das classes populares urbanas. Na Parte II, entende-se o que Fischer quer dizer com o título provocativo do livro *A Poverty of Rights*, mesmo que estejamos acostumados a pensar convencionalmente pobreza em relação à riqueza e direitos em termos de posse ou não deles. Como a autora nota acertadamente, não é novo falar do baixo acesso aos direitos e do fraco estatuto legal relacionado ao fenômeno da pobreza urbana, mas é somente com seu livro que esse discernimento está desenvolvido em um “argumento histórico extenso acerca das conexões entre direito, pobreza e cidadania no Brasil urbano moderno” (p. 5).

Abundantemente documentado, *A Poverty of Rights* leva o leitor facilmente de um capítulo para outro, adicionando nuances, dissipando dúvidas e acrescentando níveis de análise que permitem finalmente entender porque inovações legais modernizadoras – que foram um aspecto chave da era Vargas – serviram de maneira deficiente ao mundo dos pobres, assim reproduzindo velhas hierarquias em novas formas. Ao mesmo tempo, ela demonstra convincentemente porque aquelas próprias leis e sua penumbra discursiva foram tão centrais às lutas dos pobres como “uma outra ferramenta – questionável e dificilmente utilizada, mas uma ferramenta em todo o caso – para ser usada quando sorte, luta e circunstâncias a fizeram possível e desejável” (p. 145).

Ao nos ajudar a entender “como legalidade e ilegalidade tornaram-se firmemente entrelaçados” o livro explica como, mesmo em um estado de “pobreza de direitos”, esta situação podia “aparecer como compromisso ao invés de derrota” (pp. 312-7). Isso é mostrado mais dramaticamente nos empolgantes capítulos da Parte IV, que começa com uma ótima e desmistificadora análise da origem dos meios ilegais de ocupação urbana

simbolizados pelo termo ubíquo “favela”. Contando uma história que começa no fim do século XIX, Fischer mostra a complexa rede de interesses – não só limitada aos pobres – que foram “trancados numa espécie de dependência perversa, cada um dependendo dos relacionamentos frágeis e intrincados com os outros para conseguir objetivos distintos e contraditórios” (p. 252). Daí, ela comprova seu argumento que – mesmo antes dos anos 1940 – os pobres possuíam a perspicácia política necessária para navegar nessa rede de interesses com sucesso ao recrutar amplos aliados (inclusive a esposa de Vargas, presidentes direitistas e prefeitos contrários às favelas).

Quando chegarmos ao capítulo 8, entramos num mundo transformado pela explosão social e política de 1945-1947 quando o Partido Comunista Brasileiro surgiu como o centro dinâmico de mobilizações em massa e elegeu majorias nas câmaras de vereadores de quase todas as grandes cidades da nação (mesmo sendo ilegal). O relato de Fischer acerca da intensificação das lutas bem-sucedidas contra a erradicação de favelas no período de 1948 a 1954 – no ápice de repressão – é geralmente desconhecido e a sua história acerca da pluralização do apoio político, diante da competição eleitoral, ajuda explicar porque a erradicação foi abandonada na República Populista que terminou em 1964. Ao mesmo tempo, sua narrativa não é triunfalista, pois os moradores nunca conseguiram a segurança de um reconhecimento legal; ao contrário, mantinham *de facto* o que não podia manter *de jure*³ ao passo que transformaram o tema em uma questão política (pp. 217; 299). A autora alude, mas não explora plenamente, que foi a tirada desse poder político dos favelados, depois do golpe de 1964, que permitiu a remoção forçada de uma minoria expressiva de favelados (em total, 200 mil) (pp. 79–81; 301).

Finalmente, os resultados das Partes II e IV são acompanhados por um relato esclarecedor e atrativo do desenvolvimento urbano do Rio na Parte I, e interessante exame da intersecção dos pobres com o sistema de justiça criminal na parte II. Ao longo do livro, a autora consegue manter um alto grau de poder narrativo – apesar do que ela chama da estrutura não-ortodoxa do texto (p. 9) – no qual o entendimento do leitor cresce de capítulo a capítulo, culminando em um novo e poderoso entendimento da luta popular – frequentemente considerado inexplicável numa das sociedades mais desiguais do mundo. É uma admirável obra que será um marco na literatura brasileira e brasilianista.

Recebido em 04/08/2011

Aceito para publicação em 06/09/2011

³ “De direito” (N do T).